REVISTA LETRA MAGNA
Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Lingüística e Literatura - Ano 04 n.08 - 1º Semestre de 2008
ISSN 1807-5193

INTERROGATÓRIOS POLICIAIS EM DELEGACIA DE REPRESSÃO A CRIMES CONTRA A MULHER: UMA QUESTÃO DE ALINHAMENTOS INTERACIONAIS.

Priscila Júlio Guedes Pinto*

RESUMO: A partir de dados gerados em uma Delegacia de Repressão a crimes contra a Mulher, este artigo tratar-se-á da construção de identidades como uma forma situada e negociada pelos participantes, no aqui e agora da interação, como um recurso que estes mobilizam para conduzirem sua vida cotidiana em sociedade. Para além do estudo da construção de identidades, abordar-se-á também um estudo sobre alinhamentos interacionais, demonstrando que na medida em que as partes se relacionam entre si e com o enunciado proferido e recepcionado, há a ocorrência de mudança de enquadres. A nossa pesquisa é baseada na Etnografia com coleta de dados e anotações de campo, bem como nos pressupostos teóricos da Análise da Conversa Etnometodológica e da Sociolingüística Interacional.

Palavras-chave: Análise da Conversa Etnometodológica; Sociolingüística Interacional; identidade; alinhamento interacional.

ABSTRACT: Based on the data from an all-female police station, this article concerns about identity construction being situated and negotiated by its own participants on the here and now in the interaction process, as a resource to conducte their daily lives in the society. Furthermore the study of identity construction, the analysis will also approach a study about interactional alignments, which shows the way how each part is related among themselves, and also among the uttered and received enunciation. In this case, it happens change of frame. Our research is based on Etnography research through the analysis of collecting data, field notes, and theoretical framework of Conversation Analysis Etnometodology and Interactional Sociolinguistics.

Keywords: Interactional Sociolinguistics; identity; alignment interactional.

1. Introdução.

Considerando que a interação social incorpora uma ordem social e institucional e que esta "ordem interacional" (GOFFMAN *apud* HERITAGE, 1997, p.161) abrange um conjunto complexo de direitos e obrigações interacionais que estão ligados à identidade pessoal e às instituições macro-sociais, este texto mostra como os participantes evocam, manifestam, tornam

* Mestranda em Lingüística pela Universidade Federal de Juiz de Fora (Minas Gerais).

relevante uma determinada identidade ao se orientarem para certas convenções e restrições operantes no decorrer de uma interação gravada em uma Delegacia de Repressão a crimes contra a Mulher.

Nessa perspectiva, identidade será aqui estudada como forma situada e negociada, no aqui e agora da interação, ou seja, como um fenômeno discursivo, co-contruído e negociado em situações de fala-em-interação.

Os dados de fala real que nós investigamos foram interrogatórios policiais em uma *Delegacia de Repressão a crimes contra a Mulher*, localizada na região sudeste do Brasil, onde coletamos dados[1] nos períodos de abril a maio e de agosto a outubro de 2007. Nesta instituição policial, as vítimas apresentam queixas contra algum suspeito que as agrediu (física ou verbalmente) ou que cometeu algum outro tipo de delito, em seguida, os envolvidos são intimados por um inspetor de polícia a comparecer na delegacia para apresentarem os seus depoimentos. Neste momento de encontro das duas partes (vítima e suspeito), o inspetor as interroga para apuração dos fatos e posteriormente redige um relatório sobre o que lhe fora relatado durante o interrogatório e o encaminha para a delegada. No interrogatório que analisaremos, temos como participantes: o inspetor de polícia; a vítima (um menor de idade); a mãe da vítima (representante legal) e o suspeito.

Embora aqui tratemos de uma interação institucional em que temos participantes voltados para atividades específicas e, por isso, apresentam identidades relevantes da instituição (inspetor, vítima e suspeito), estas identidades serão mostradas/ratificadas em nossa análise, bem como serão mostradas algumas identidades que os participantes mobilizam neste interrogatório policial

Pressupomos inicialmente que os participantes de uma situação de fala-em-interação podem ser descritos a partir de várias categorias (e.g gênero, idade, papéis sociais, etc), sendo que um dos objetivos do analista seria analisar a maneira como os participantes as tornam relevantes em dado contexto.

Neste trabalho, demonstraremos também como os participantes se relacionam consigo mesmos, com os outros e com o enunciado que está sendo proferido ou recepcionado e como essas relações levam a diferentes enquadres. Para tanto, basearemos a nossa pesquisa na

[1] A coleta de dados foi feita pelas pesquisadoras: Priscila Júlio Guedes Pinto e Débora Marques.

Etnografia com coleta de dados e anotações de campo e nos pressupostos Teóricos da Análise da Conversa Etnometodológica e da Sociolingüística Interacional.

2. A contribuição da Análise da Conversa e da Sociolingüística Interacional para o estudo de alinhamento e de construção de identidade.

A Análise da Conversa de base Etnometodológica (doravante ACe) parte do princípio de que é por meio da fala-em-interação que as organizações sociais se realizam, dado que é através da fala que as pessoas interagem e executam as suas tarefas cotidianas. Essa centralidade da fala como um meio de realização de ações, podemos encontrar nas diversas situações da vida cotidiana desde uma entrevista de emprego, compra ou venda de algum produto, encontro de amigos até bilhetes, cartas em que podemos ter o autor do texto mantendo uma relação específica com determinado leitor para que este execute alguma tarefa de trabalho.

Assim, percebe-se a primazia da conversa na constituição do mundo social, sendo, por esse motivo, considerada o gênero básico de linguagem em uso nas relações humanas, do qual todos os outros gêneros, como os institucionais derivam.

Um ponto central da Análise da Conversa Etnometodológica é o fato de descrever as organizações das estruturas de padrões de ação presentes nas diversas atividades da vida humana. Para isso, a ACe relaciona significado e contexto à idéia de seqüência, uma vez que o contexto é caracterizado como um projeto e um produto das ações dos participantes, ou seja, “ele é construído, invocado e guiado através da interação, sendo co-construído pelos participantes da conversa em e através de suas próprias conversas” (HERITAGE, 1997,p.163).

Nessa perspectiva, em ambientes institucionais como a *Delegacia de Repressão a Crimes contra a Mulher*, veremos que os participantes se orientam para a construção de identidades ligadas às identidades relevantes desta instituição como suspeito, inspetor e vítima. Porém, neste ambiente veremos também que outras identidades surgem neste contexto.

Como a identidade é algo que é usado na fala, ou seja, é por meio da fala-em-interação que as identidades podem também ser co-construídas, é importante destacar a proposta da ACe com relação ao estudo de identidades.

Na visão da ACe "a identidade não deveria ser tratada como um 'recurso' explanatório que nós, como analistas, levamos conosco para uma cena onde as pessoas estão interagindo, mas como um 'tópico' que requer investigação e suor uma vez que nós chegamos lá" (ANTAKI & WIDDICOMBE, 1998,p. 02) . Como já mencionado anteriormente, esta perspectiva tem como pressuposto inicial de que os participantes de uma situação de fala-em-interação podem ser descritos a partir de uma multiplicidade de categorias (e.g. gênero, idade, papéis sociais, institucionais, etc), sendo a categoria identidade um tipo particular de categorização.

Desta forma, considerando esses princípios mencionados acima, podemos dizer que o estudo de identidade pode ser visto como um fenômeno situado ou indexicalizado e, principalmente, tornado relevante pelos participantes.

No que se refere à Sociolingüística Interacional, é importante destacar os conceitos de alinhamento, *footing* e enquadre.

Goffman (*apud* RIBEIRO & GARCEZ, 1998) define *footing* como "o alinhamento, a postura, a posição, a projeção do 'eu' de um participante na sua relação com o outro, consigo próprio e com o discurso em construção" (RIBEIRO & GARCEZ, 1998, p.70), isto é, para Goffman, o *footing* é uma mudança de postura do self na sua relação consigo mesmo, com o outro e com o enunciado que está sendo proferido ou recepcionado.

Com relação à noção de alinhamento proposta por Goffman, Tannen & Wallat (*apud* RIBEIRO & GARCEZ, 1998) definem *footing* como: "uma outra forma de falar de uma mudança em nosso enquadre dos eventos, uma mudança no alinhamento que assumimos para nós mesmos e para os outros presentes, expressa na forma em que conduzimos a produção ou recepção de uma elocução" (RIBEIRO & GARCEZ, 1998, p.184).Como um exemplo de mudança de enquadre , as autoras baseiam-se em uma consulta pediátrica . Durante a consulta, as autoras observaram que a pediatra mudava, a todo momento, a sua postura e até mesmo a sua linguagem, para, ora explicar para a mãe a respeito da doença de seu filho, ora entreter a criança para realizar um exame, e ora falar para a câmera de vídeo destinada aos alunos do curso de medicina.

Neste sentido, os *footings* se conectam com os alinhamentos, uma vez que a mudança de *footing* implica em uma mudança no alinhamento que assumimos para nós mesmos e para os outros de acordo como conduzimos e recepcionamos uma elocução. Os *footings* sinalizam o que dizemos ou fazemos, bem como indicam como interpretamos o que é dito ou feito, sendo,

portanto, o desdobramento do enquadre o qual segundo o autor "uma mudança em nosso *footing* é uma outra forma de falar de uma mudança em nosso enquadre dos eventos" (RIBEIRO & GARCEZ, 1998, p.75).

Além dos conceitos de enquadre alinhamento e footing, Goffman (*apud* RIBEIRO & GARCEZ, 1998) sugere uma nova classificação para os conceitos de falante e ouvinte, já que a tradicional descrição de falante e ouvinte não dá conta de descrever as complexidades do processo de comunicação em tempo real da interação. Goffman decompôs os papéis de falante em categorias mais específicas via o que o autor chama de *formato de produção*. O *animador* é a caixa sonora de emissão dos enunciados; o *autor* é aquele que compõe as palavras; e o *responsável* é aquele que é responsabilizado pelas palavras. Todos esses papéis podem recair sobre um mesmo falante como, por exemplo, um jornalista de jornais televisivos que exerce o papel de animador das palavras que lê, sendo o autor das palavras ditas pelo jornalista o redator do jornal e o responsável pelas palavras o chefe da redação ou o dono do jornal. Da mesma maneira, Goffman decompõe o papel de ouvinte considerando a condição de participação oficialmente ratificada ou não do encontro social. Os participantes ratificados podem ser os endereçados pelas elocuções proferidas pelo falante, sendo aqueles "a quem o falante remete sua atenção visual e para quem espera eventualmente passar o papel de falante" (RIBEIRO & GARCEZ, 1998, p.78) em contraposição ao participante ratificado não-endereçado.

Para o autor, mesmo não sendo participante oficial no encontro, podemos escutar uma conversa de perto de duas formas socialmente diferentes: (i) por intromissão - escutando às escondidas, por trás da porta; (ii) ou por acaso (ouvintes por acaso) - quando ouvimos de forma advertida, sem intenção de ouvir a conversa. Desta forma, Goffman (*apud* RIBEIRO & GARCEZ, 1998) enfatiza que um participante ratificado pode não escutar uma conversa e alguém que esteja escutando-a pode não ser um participante ratificado. Essa descrição de categorias específicas para ouvintes se configura através do que o autor denomina de *status de participação* e a configuração que se estabelece entre falantes e ouvintes em um determinado momento da fala é denominada de *estrutura de participação*.

Complementar às definições de Goffman, é válido mencionar a proposta de Zimmerman (1998) de que identidade pode ser estudada como um elemento do contexto para a fala-em-

interação. Segundo o autor, a orientação dos participantes para uma ou outra identidade – sua própria ou dos outros – está vinculada à interação em curso e às ordens sociais circundantes.

Zimmerman (1998) aponta três categorias de identidade: (i) identidades discursivas - estão ligadas à organização da interação momento-a-momento. Os participantes assumem identidades discursivas enquanto se engajam nas diversas atividades sequencialmente organizadas: falante corrente, ouvinte, contador de história, recipiente etc; (ii) identidades situadas - são constituídas a partir de situações específicas para as quais os participantes, ou pelo menos um participante, se orientam em virtude de normas e rotinas unidas a uma determinada meta institucional. Um exemplo de identidades situadas são as identidades de suspeito, vítima e inspetor presentes no interrogatório policial em análise. Todos esses participantes se orientam em relação a tarefas especializadas e particulares que compõem toda a rotina deste ambiente institucional; (iii) identidades transportáveis - são identidades latentes que seguem com os indivíduos enquanto eles se movem através de suas rotinas diárias: são identidades normalmente visíveis enquanto marcas físicas ou culturais (gênero, etnia etc).

É relevante enfatizar que essas três categorias de identidades propostas por Zimmerman podem recair sobre um mesmo indivíduo. Um exemplo disso seria uma entrevista de emprego em uma empresa em que temos com relação às identidades discursivas a alocação de turnos entre falante corrente (entrevistador) e próximo falante (entrevistado); com relação às identidades situadas: o entrevistador e o entrevistado; e, por último, com relação às identidades transportáveis: as características físicas do entrevistador e do entrevistado como etnia, gênero etc.

3. Contexto de Pesquisa.

A *Delegacia de Repressão a Crimes contra a Mulher* é uma polícia civil que presta serviços às mulheres que sofrem alguma agressão física ou verbal, algum abuso ou constrangimento. Embora esta Delegacia seja adequada para atender especificamente mulheres, dado o seu nome "*Delegacia de Repressão a Crimes contra a Mulher*", nesta instituição também se recebem outros tipos de casos como: maus tratos de menores, abuso sexual de menor, não pagamento de dívidas etc.

Nesta Delegacia, o início do inquérito policial se dá por meio de um boletim de ocorrência (BO), expedido, geralmente, por um policial civil ou militar, que é chamado, por denúncias telefônicas ou pela própria vítima, a comparecer no local do crime. A vítima, para fazer a denúncia, é necessário que ela telefone para a Delegacia ou procure um posto policial mais próximo para relatar a sua versão sobre os fatos que julga como criminais.

Ao fazer um BO, a vítima tem a opção de iniciar o inquérito policial[2] e de indiciar o incriminado. O BO tem validade de seis meses e a vítima, durante este período, pode requerer a abertura de um processo legal ou pode interrompê-lo, ao não querer dar continuidade às investigações.

É válido mencionar que durante a geração de nossos dados de pesquisa, muitas mulheres recorriam à Delegacia para cancelarem o indiciamento de seus companheiros.

Depois que o BO é lido pelo delegado, é despachado para o inspetor de polícia, autoridade responsável por intimar as partes (suspeito e vítima) para o interrogatório. São estes encontros, em que temos o inspetor e as partes dando os seus depoimentos, que geramos os nossos dados.

Posteriormente ao interrogatório, o inspetor registra em um relatório tudo o que foi narrado pelas partes e tudo o que se caracteriza como provas que comprovem a infração realizada pelo suspeito (exame de corpo delito, fotografias que confirmam o crime, etc). Este relatório, quando apresenta suficientes elementos que corroboram o crime, é conduzido para o judiciário para propositura da ação penal, mas quando não apresenta provas suficientes que comprovam o delito, é encaminhado ao Ministério Público para posterior arquivamento.

4. Análise de dados.

O evento *interrogatório* presente nos encontros gravados na *Delegacia de Repressão a Crimes contra a Mulher* pode ser dividido em três momentos distintos: (I) o momento da identificação dos participantes, na qual o inspetor coleta informações sobre a identidade da vítima e do suspeito; (II) o momento da leitura do Boletim de Ocorrência (BO), em que as partes são

[2] A função do inquérito policial é apurar o fato que se configure como infração penal e a respectiva autoria para servir de base à ação penal ou às providências cautelares (Cf. CAPEZ, 2001, p.67).

informadas sobre a natureza da intimação; e (III) o momento do interrogatório cujas perguntas se direcionam à tentativa de se apurar a verdade dos fatos.

Como já exposto anteriormente, analisaremos[3], nesta seção, uma audiência de interrogatório policial[4] em que temos presentes: a vítima (uma criança de 4 anos de idade), a mãe da vítima, o suspeito e o inspetor.A audiência, gravada em 26 de abril de 2007, trata de um crime de abuso sexual de um menor que foi obrigado a praticar sexo oral. Tal crime foi denunciado pela mãe da vítima que compareceu à *Delegacia de Repressão a Crimes contra a Mulher* no dia 16 de abril do corrente ano e formalizou o ocorrido em um boletim de ocorrência (BO). Nesta audiência, a mãe da vítima ratifica o acontecido e o suspeito nega qualquer prática abusiva ao menor. O inspetor participa desta audiência, lançando perguntas que permitam tanto à mãe quanto ao suspeito apresentarem as suas versões sobre os fatos.

Apresentaremos, neste trabalho, análises sobre os três momentos que constituem este interrogatório.

1° momento: A identificação das partes (02:07-52).

Neste ambiente institucional, como já mencionado anteriormente, o inspetor como uma autoridade, na abertura dos interrogatórios, tem como práxis identificar inicialmente as partes, coletando informações que dizem respeito as suas identidades transportáveis e situadas nos termos de Zimmerman (1998).

(ABUSO SEXUAL DE MENOR, 2007, 02:07-52)

```
→ 07 inspetor tem passagem pela polícia cara?
  08 suspeito já↓
  09 inspetor já?
  10 suspeito já.
  11 inspetor e por causa de quê?
→ 12 suspeito de doze.
→ 13 inspetor doze[5]?
  14 suspeito é
```

[3] Para a realização das transcrições e conseqüente análise de dados, utilizamos as convenções do sistema adotado por Sacks, Schegloff e Jefferson, 1974 (cf. anexo, p.20).

[4] Para garantir a privacidade dos participantes, optou-se em trocar todos os nomes de pessoas e lugares nas interações e em utilizar papéis recorrentes neste ambiente institucional (inspetor, vítima e suspeito) nas transcrições.

[5] Refere-se ao artigo 12, do capítulo III da Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976 em que há medidas de prevenção ao tráfico ilícito e uso indevido de entorpecentes. Neste artigo, prescreve-se uma pena de reclusão de três a quinze anos e pagamento de cinqüenta a trezentos e sessenta reais dias-multas para aqueles que importam ou exportam, remetam, preparem, produzam , fabriquem, adquiram ou vendam, tragam consigo ou guardarem, etc, susbstâncias entorpecentes de forma ilegal (ANGHER (org) 2005. *Vade Mecum*, p.818).

```
→ 15 inspetor condenado?
  16 suspeito é-tô-três-é::agora to é::
→ 17 inspetor não↓eu te perguntei o seguinte, foi condenado↓
  18 suspeito fui
  19 inspetor quanto tempo?
  20 suspeito três anos
  21 inspetor (   )
  22 suspeito (   )
  23 inspetor onde?
  24 suspeito no ceresp
  25          (0,1)
  26 inspetor no ceresp?
  27 suspeito é↓
  28          (2,0)
→ 29 inspetor tá na condicional?
→ 30 suspeito é, to na condicional↓
  31 inspetor tá por quanto tempo?
  32 suspeito um ano-uma ano e oito meses
→ 33 inspetor tá cumprindo aquele artigo, o doze ainda né?
  34 suspeito é↓
  35          (1,8)
  36 mãe      (   )
  37 inspetor (   )
  38          (3,0)
→ 39 inspetor ta na condicional ainda né filho?
  40 suspeito é
  41 inspetor e vai até quando?
  42 suspeito hum?
  43 inspetor e vai (   ) até quando?
  44 suspeito vai (   ) até 2010
  45 inspetor 2010?
  46          (0,8)
→ 47 inspetor muito bem↓ (0,2)((mexe em papéis)) então a senhora é a
→ 48          dona marta da silva não é isso?
  49 mãe      ãhãm
→ 50 inspetor esse rapaz que tá na minha frente aí é: (0,3) o andré↑
→ 51          não é isso?
  52 mãe      ãhãm
```

Nesta seqüência, o inspetor, primeiramente, identifica o suspeito, perguntando-o se teve passagem pela polícia e por qual motivo, se foi condenado e por quanto tempo, se está na condicional (turnos 07; 11;15;19;26;29;39).Estas perguntas emergem de uma agenda pré-estabelecida pelo inspetor antes da chegada dos participantes, dado que o inspetor faz buscas on-line em arquivos da polícia para a checagem de antecedentes criminais do suspeito.

Nesse sentido, sendo o suspeito já identificado nos arquivos da polícia como criminoso, neste primeiro momento do interrogatório, o inspetor já o identifica como um possível suspeito para o crime, utilizando categorias relacionadas a este ambiente policial como: “doze” (linhas

12,13 e33), “condicional” (linhas 15, 17, 29,30 e 39), “passagem pela polícia” (linha 07) que projetam a identidade no outro de suspeito.

Posteriormente à identificação do suspeito, o inspetor identifica as outras partes: a mãe da vítima e o menor (vítima) (linhas 47-48; 50-51), confirmando os documentos apresentados pela mãe da vítima com as pessoas presentes e checando se os participantes são as partes mencionadas no Boletim de Ocorrência (BO).

Assim, neste primeiro momento do interrogatório, temos a constituição de identidade (suspeito) atrelada às normas e às rotinas que são exercidas neste ambiente institucional, bem como temos a presença de identidades relevantes para este evento policial como os nomes dos participantes, já que, ao se tratar de um ambiente legal e jurídico, é necessário confirmar se há correspondência entre a identidade dos participantes com as partes presentes e com os nomes apresentados no BO.

2° momento: A leitura do BO (02:53-55; 03:01-22).

No excerto seguinte, há apresentação do BO aos participantes pelo inspetor.

(ABUSO SEXUAL DE MENOR, 2007, 02:53-55; 03:01-22)

```
   53 inspetor tá↓ (0,5) deixa eu perguntar pra senhora (0,1) ta constando
→  54          aqui pra gente, não é isso (0,1), tá que a senhora fez o
→  55          boletim de ocorrência, ta aqui com a gente, não é isso? da
→  01          polícia civil, né? dia dezesseis de abril, é isso mesmo,
   02          não é isso?
   03 mãe      foi.
   04 inspetor foi↓ aí ta escrito-o detetive escreveu pra mim o seguinte ô
   05          (( lendo)) comparece a esta unidade policial a senhora
→  06          marta da silva, não é isso?
   07 mãe      ahãm.
→  08 inspetor mãe do menor andré, a senhora é mãe dele não é isso?
   09 mãe      sou.
→  10 inspetor de quatro anos, relatando que o seu filho constantemente
→  11          reclama que o autor o obriga a pegar seu órgão genital,
→  12          dele↓ né?, e colocar na boca e chupar e esclarece (   ) que
→  13          tentou encaminhar o caso-o caso ao conselho tutelar e que
→  14          lá o menor foi submetido ao exame médico, nada foi
→  15          constatado no que tange ao aspecto oral, porém que a
→  16          criança continua dizendo que o mesmo colocou e continuou a
→  17          assediá-la e a fazer o mesmo ato, que o autor mora nos
→  18          fundos da casa da vítima (0,2), e é casado com a irmã da
→  19          vítima, que nega que seu marido é capaz de fazer tal coisa
→  20          (0,3) a senhora dona-dona marta confirma isto aqui que está
   21          escrito pra mim? é isso mesmo? o que-o que leva a pensar,
   22          [só o que o menino fala?
```

Durante esta apresentação, emerge da fala do inspetor a sua identidade institucional, marcada pelo uso inclusivo do termo "a gente": "`ta constando aqui pra` *`gente`*`, não é isso (0,1), tá que a senhora fez o boletim de ocorrência, ta aqui com` *`a gente`*`, não é isso?`"(linhas 54-01) que se refere à instituição (Delegacia de Polícia), ou seja, o inspetor diz em nome da instituição a qual pertence, exercendo aqui a identidade de responsável.

Em seguida, o inspetor começa a ler o BO para verificar a veracidade do que foi escrito com o que foi relatado pela vítima, neste caso a mãe da vítima, à polícia civil no dia da denúncia.

Nas linhas 06; 08; 10-20, notamos que o inspetor está sendo o porta-voz da mãe da vítima (representante legal da vítima), relatando em nome da mãe para o suspeito, a denúncia feita por ela. Neste momento, então, a identidade que emerge da fala do inspetor é de animador, uma vez que ele é a caixa sonora de emissão dos enunciados proferidos pela mãe da vítima.

Para além da identidade de animador, percebemos a emersão da identidade situada de suspeito e vítima. No trecho "`o autor o obriga a pegar seu órgão genital, dele↓ né?,`"(linhas 11-12) percebemos o surgimento da identidade de suspeito com o uso do termo "`dele`" que o coloca na condição de ouvinte endereçado, esclarecendo que o instrumento utilizado para a realização do abuso sexual foi o órgão genital do autor. Tal termo seguido da tag question "`né`" reforça o que foi enunciado pelo inspetor "`o autor o obriga a pegar seu órgão genital,`", comprometendo o suspeito. Nesse sentido, é evidente também que a argumentação da criança sobre o fato de o suspeito continuar assediando-a, coloca-a no papel de vítima e o considerado autor do crime no BO como um possível suspeito (linhas 16-17).

3° momento: O interrogatório (03:33-57; 04:01-03/04:33-61/06:32-58; 07:01-07/04:38-62; 05:01-16).

Este terceiro momento pode ser aqui divido em três partes de acordo com a exposição do relato dos fatos: (i) o relato da mãe; (ii) o relato do suspeito; (iii) a tentativa em obter informações da criança.

No excerto seguinte, a mãe da vítima relata o que aconteceu com o menor (linhas 33-39; 41-44) e quais foram os procedimentos que ela tomou enquanto mãe da vítima, ao ficar sabendo do ocorrido.

(ABUSO SEXUAL DE MENOR, 2007, 03:33-57)

```
    33  mãe          aí um dia (0,1) eu dando banho nele, aliás, eu
    34               arrumando água pra dá banho nele aí, eu peguei falei
    35               com ele-ele pegou e comentou isso pra mim, aí isso me
→   36               levou ao desespero, eu como mãe, eu tinha que levar meu
→   37               filho pra fazer um exame, entendeu?
    38  inspetor     humhum.
    39  mãe          entendeu?
    40  inspetor     entendo.
→   41  mãe          aí, lá que-que o médico falou realmente né? que tinha
→   42               coisado isso, né? aí (0,1) o-o conselho tutelar↑ me
    43               encaminhou entendeu? pra eu vim aqui
    44               (0,2)
    45  mãe          aí (0,1) o-o conselho tutelar↑ me encaminhou entendeu?
    46               pra eu vim aqui
→   47  inspetor     e a senhora fez tudo isso? levou ao médico tal
    48  mãe          levei↓
→   49  inspetor     e ele ta-e o comportamento dele, como é que tá sendo?
→   50  mãe          o comportamento dele?
→   51  inspetor     é↓ ele vai à aula, pra escolinha?
    52  mãe          ele tá na escolinha.
→   53  inspetor     ele tá indo na escolinha normalmente?
    54  mãe          tá↓
→   55  inspetor     tá. tá lanchando e jantando tudo direitinho?
    56  mãe          olha, isso aí ele nunca foi mesmo não↓
    57  inspetor     tá.
```

Nas linhas 36-37, na fala da mãe, emerge a sua identidade de mãe que, ao ficar sabendo do crime, toma imediatamente iniciativas: leva o filho ao médico (linha 41) e procura o Conselho Tutelar (linha 42).

Posteriormente ao relato da mãe, o inspetor começa a perguntar sobre o menor: se a mãe o levou ao médico (linha- 47); como está o comportamento dele, como ele está na escola, se ele está se alimentando direito etc (linhas 49,51; 53;55). Porém, na linha 50, a mãe da vítima parece não entender a pergunta feita pelo inspetor no turno anterior ("`e ele ta-e o comportamento dele, como é que tá sendo?`"- linha- 49), emitindo parte da elocução do inspetor "`o comportamento dele?`" (linha 50). Tal problema de entendimento por parte da mãe é reparado pelo inspetor (*other-initiated* repair (Schegloff et. al., 1977, p.365)) no turno subseqüente quando ele diz "`é↓ ele vai à aula, pra escolinha?`" (linha 51), tentando buscar a resposta para a pergunta feita por ele na linha 49. Aqui, vale mencionar que tal problema de entendimento é negociado interacionalmente entre a mãe e o inspetor, os quais têm como foco a tentativa de resolução do problema.

Semelhante ao que ocorre na consulta pediátrica, apresentada por Tannen & Wallat (1998), em que a pediatra utiliza registros diferentes ao se dirigir à mãe, à criança a aos residentes que assistem à consulta, nos nossos dados, também encontramos esta mudança de registro. Nas linhas 51, 53, 55, o inspetor muda o seu registro ao se dirigir à mãe da vítima, utilizando o diminutivo "`escolinha`", "`direitinho`" para que ela responda à pergunta feita por ele sobre o comportamento do menor, ou seja, o inspetor reformula a sua pergunta inicial - "`e ele ta-e o comportamento dele, como é que tá sendo?`" (linha-49)- para que tal pergunta se torne mais clara e inteligível à mãe. Aqui, é importante ressaltar que, ao lançar perguntas à mãe como forma de investigar o comportamento da criança, o inspetor se mostra como um conhecedor do comportamento de uma criança que sofre abuso sexual, dado que é possível crianças, que sofrem abuso sexual, mudarem seus comportamentos.

Posteriormente à seqüência que trata sobre o comportamento atual do menor, o inspetor se dirige ao suspeito para que ele apresente a sua versão sobre os fatos:

(ABUSO SEXUAL DE MENOR , 2007, 04:33-61)

```
    04  inspetor     o quê que você tem a dizer sobre isso irmão.(( se
    05               dirige ao suspeito))
→   06  suspeito     o que eu tenho pra falar com você, eu tenho uma filha,
→   07               tenho sobrinho, tem um monte lá- e ele tomo raiva de
→   08               mim, sabe por causa de quê? lá tem um montão de
→   09               criança, aí foi um negócio de papagaio, só que pra ele
→   10               ele queria papagaio que fazia de vareta, e eu fiz-só
→   11               que aí eu peguei uma folha de caderno, amassei no meio
→   12               e amarrei duas linhas e tal, aí eu falei, ô andré,eu
→   13               não vou-vou faze pro cê senão as criança, daí ele
→   14               arrumou um- e chorou pra caramba, aí desse dia pra lá
→   15               ele tomo raiva de mim =
    16               (0,2)
→   17               =eu tenho filha também eu jamais faria isso com os
→   18               meninos.
→   19  inspetor     mas como é que um menino de quatro anos de idade vai
→   20               saber como é que é chupar, como é que é isso?
→   21  suspeito     (   ) eu falei até com a mãe dele (   ), a briga comigo
→   22               é por causa de papagaio.
→   23  inspetor     tá↓:: mas onde ele- que ele pode ter visto isso hein? a
→   24               senhora me explica isso pra eu entender
    25  mãe          ah:: num sei
→   26  inspetor     pois é, se ele vive na tua casa, onde é que ele pode
→   27               ter visto?
→   28  suspeito     não::↓ele não vive lá em casa-eu-eu trabalho (   )
    29  inspetor     e trabalha onde?
    30  suspeito     eu trabalho na amarer ué↓((instituição ligada à
    31               Prefeitura da cidade na qual os detentos realizam
    32               atividades profissionais))
```

Nos turnos 06-15 e 17-18, emerge da fala do suspeito sua identidade de vítima, apresentando como justificativa que ele tem uma filha e, por esse motivo, jamais cometeria tal crime com "os meninos"(linha 18). Nas linhas, o suspeito, ao apontar que André "chorou pra caramba, aí desse dia pra lá ele tomo raiva de mim (0,2)" (linhas 14-15), posiciona o menino como uma criança temperamental e mimada, uma vez que o suspeito não fez o papagaio como a vítima desejava.

Além disso, é importante dizer que, o suspeito, ao apresentar a justificativa de que tem uma filha, também constrói uma identidade de pai, já que enquanto pai jamais abusaria de sua filha e muito menos de outras crianças. Nesse sentido, podemos dizer que esta argumentação do suspeito de que tem uma filha também o posiciona como inocente da acusação de abuso sexual.

Nas linhas 19-20, o inspetor, tenta encurralar o suspeito, lançando uma pergunta precedida de um argumento de que é estranho um menino de quatro anos saber como se pratica sexo oral (cf.linhas 19-20). Como resposta à pergunta feita pelo inspetor, o suspeito nega o crime, apresentando como justificativa a briga com o menino por causa do papagaio: "( ) eu falei até com a mãe dele ( ), a briga comigo é por causa de papagaio." (linhas 21-22), mostrando-se, mais uma vez, como inocente do crime.

O inspetor, nas linhas 23 e 24, muda de tópico - evidenciado pelo uso de um marcador discursivo "ta↓:: " no início do turno (cf. OSTERMANN, 2003, p.491) - lançando uma pergunta "tá↓:: mas onde ele- que ele pode ter visto isso hein?" (linhas 23-24) que se dirige à mãe da vítima, a fim de retomar o tópico sobre o crime. A mãe da vítima, por sua vez, responde "ah:: num sei" (linha 25) e o inspetor, mais uma vez, se dirige ao suspeito, perguntando-o "pois é, se ele vive na tua casa, onde é que ele pode ter visto?" (linhas 26-27). Aqui, é válido mencionar que o inspetor, no mesmo turno em que tal pergunta é produzida, ele fornece uma elocução "se ele vive na tua casa" (linha 26-27) que é direcionada ao suspeito, referindo-se ao fato de que o menor possivelmente é um freqüentador assíduo da casa do mesmo, havendo, então, neste momento, uma projeção de identidade estabelecida pela produção de tal elocução pelo inspetor que coloca o suspeito como um possível culpado. Porém, no turno seguinte, o suspeito protege a sua face ao alegar que

trabalha (“`não::↓ele não vive lá em casa-eu-eu trabalho (  )-`linha 28) e, por isso, o menor, não freqüenta a sua casa, construindo, mais uma vez, a sua identidade de vítima.

No excerto seguinte, temos, mais uma vez, a tentativa do inspetor em buscar a verdade e a versão do suspeito sobre os fatos:

(ABUSO SEXUAL DE MENOR , 2007, 06:32-58; 07:01-07)

```
   32 inspetor nós tamos sabendo aqui, que pode ser que tenha filme pornô na
   33          sua casa (   )
→  34 suspeito não tem não:: pode ir lá ué↓
   35 inspetor não↓  eu  não  sei  não,  to  perguntando  (0,1),  existe  a
→  36          possibilidade de ele ter visto o filme lá?
→  37 suspeito filme de sacanagem não não (0,1) foi que nem eu falei pra dona,
→  38          tem hora que nóis aluga filme (   ) que ele ta lá direto, que
→  39          nóis faz papagaio pra ele, inclusive quando, se ela for lá na
→  40          hora que tá fazendo papagaio pra ele, ele xinga ela, ele não
→  41          vai (    ) mas filme pornô não tem não, eu tenho uma filha
→  42          também↓
   43 inspetor não tem não, né?, a sua filha, tem quantos anos?
   44 suspeito nove anos.
   45 inspetor nove anos=
   46          (0,1)
→  47 inspetor =então tá↓ você sabe o problema de-de delito, qualquer delito,
→  48          na condicional, você sabe o quê que acontece né?=
   49          (0,1)
→  50 inspetor não sabe?, você sabe que você tá na bola da vez né?=
   51          (0,1)
→  52 inspetor =aconteceu alguma coisa,a sua condicional vai pro saco, é só
→  53          informar pra anvec, que a anvec ((Vara de Execuções Criminais))
   54 suspeito (   ) dois mandatos, tinha dado um problema lá (   )
   55 inspetor porque ele aprende isso, é por isso que eu to perguntando pra
   56          mãe dele.
   57 suspeito (    ) eu tenho minha filha também, pode perguntar se eu faço
   58          alguma coisa com ela
→  01 inspetor se você sabe o quê que tá acontecendo aqui, então↓ você deve
→  02          saber, porque você é descolado, não é bobo, não é? então vamos
→  03          combinar o seguinte, evita (0,1) o contato com ele evita ficar
→  04          sozinho com ele e com qualquer criança.
   05 suspeito sabe o quê eu falei com a filha dela? que lá é cheio de
   06          criança, eu já falei com ela, vamo faze um muro aqui que evita
   07          que pra ir na casa dela tem que dar a volta lá na rua.
```

Nesta seção do interrogatório, o inspetor pergunta ao suspeito se há filmes eróticos na casa para averiguar se o menor alguma vez chegou a assistir filmes deste tipo (linhas 32-33; 35-36). O suspeito, por sua vez, nega “`não tem não:: pode ir lá ué↓`”; “`filme de`

sacanagem não não" (linhas 34 e 37), e acrescenta justificativas (cf. linhas 37-42) como forma de se inocentar dos fatos.

Nos turnos 47-48; 50 e 52-53, o inspetor ameaça o suspeito "=então tá↓ você sabe o problema de-de delito, qualquer delito, na condicional, você sabe o quê que acontece né?=", "você sabe que você tá na bola da vez né?=", "=aconteceu alguma coisa,a sua condicional vai pro saco, é só informar pra anvec, que a anvec ((Vara de Execuções Criminais))", apresentando um posicionamento institucional, ao se referir ao crime que pode piorar a situação do suspeito que está na condicional, caso este seja realmente o criminoso. É importante citar ainda que o inspetor, ao dizer para o suspeito "se você sabe o quê que tá acontecendo aqui, então↓ você deve saber, porque você é descolado, não é bobo, não é? (linhas 01-02), se contrapõe à posição de inocente construída pelo suspeito nos turnos anteriores 34; 37-42, assumindo, assim, uma identidade de "confrontador", ao tentar derrubar a imagem construída pelo suspeito.

Dentro deste mesmo turno, o inspetor tenta estabelecer uma negociação com o suspeito, propondo que este evite qualquer contato com o menor e com qualquer criança: "evita (0,1) o contato com ele evita ficar sozinho com ele e com qualquer criança." (linhas 03 e 04). Aqui, o inspetor atua como uma aconselhador/ameaçador, pois, ao mesmo tempo em que aconselha o suspeito a não manter contato com as crianças, ele parece ser uma ameaça para o suspeito, uma vez que o inspetor é uma autoridade neste ambiente institucional, e por isso, o suspeito deve lhe obedecer.

Nesse sentido, podemos dizer que esta proposta de negociação do inspetor com o suspeito mostra implicitamente a relação de poder estabelecida neste ambiente institucional: o suspeito deve obedecer ao que lhe é proposto para que não piore a sua situação atual de estar na condicional e de ser o principal suspeito de um possível caso de abuso sexual.

Na próxima seqüência, temos um exemplo de mudança de enquadre do inspetor ao tentar obter alguma informação verídica do menor sobre o crime:

(ABUSO SEXUAL DE MENOR , 2007, 04:38-62; 05:01-16)

```
→  38 inspetor e a senhora trabalha?
   39 mãe      não.
→  40 inspetor a senhora fica em casa, cuidando dos afazeres de casa↓
```

```
   41 mãe      fico em casa.
   42 inspetor entendi.=
   43          (0,1)
→  44 inspetor =é e-e-e-e-ele sempre reclamou disso ou foi a primeira vez que
→  45          ele reclamou?
   46 mãe      não↓, ele me reclamou aquele dia né?
   47 inspetor me espera lá fora um pouquinho, eu te chamo já já. ((se dirige
   48          ao suspeito))
   49 mãe      ele reclamou aquele dia::
→  50 inspetor senta o menino ali.
   51          (0,8)
   52 mãe      aqui?
   53 inspetor isso=
   54          (0,2)
   55 inspetor =senta lá senhora=
   56          (0,3)
→  57 inspetor =deixa eu te falar um negócio (0,3) ô andré↓
   58 mãe      no dia que eu fui levar ele lá no posto médico (   ) ele ficou
   59          chorando=
→  60 inspetor xô te perguntar um negócio
   01 mãe      =ficou chorando
   02 inspetor andré (0,1) não::: (0,2) aqui ô, vou te dar um negócio
→  03 mãe      fala com ele meu filho, não vai te acontecer nada não↓
→  04          (( o inspetor traz um brinquedo para a vítima))
→  05 inspetor quer brincar? (   ) quer sentar aqui na minha cadeira? eu sento
→  06          aí, quer? eu sento ali quer? senta lá, no meu lugar.
→  07 mãe      senta lá meu filho↓
   08 inspetor ouve aqui (   ) quer falar comigo não?
→  09 mãe      fala com ele andré, do mesmo jeito que você falou com a mamãe=
   10 inspetor não quer falar, não quer falar não↓
   11 mãe      =do mesmo jeito
```

Neste momento do encontro, o inspetor pergunta para a mãe da vítima se ela trabalha fora de casa, se foi a primeira vez que o menor falou sobre o acontecido (turnos: 38; 40; 44-45), para que ele tenha uma melhor apuração sobre os fatos.

Na linha 50, o inspetor pede a mãe da vítima que assente a criança em outra cadeira, para que ele possa fazer algumas perguntas à vítima. Inicialmente, o inspetor se dirige ao menor de forma séria, sem estabelecer nenhum contato afetivo ou brincadeiras: "`deixa eu te falar um negócio (0,3) ô andré↓`" e "`xô te perguntar um negócio`"(linhas 57 e 60), exercendo aqui o seu papel de inspetor de polícia ao tentar adquirir de André informações verdadeiras sobre o ocorrido. Não obtendo nenhum tipo de informação do menor, o inspetor muda de estratégia e oferece um brinquedo à vítima (linha 04). Nas linhas 05 e 06, o inspetor muda o seu enquadre e começa a ser mais amável com o menino na tentativa de criar uma relação de confiança com André: "`quer brincar? ( ) quer sentar aqui na minha`

cadeira? eu sento aí, quer? eu sento ali quer? senta lá, no meu lugar.", "ouve aqui ( ) quer falar comigo não?", não conseguindo, no entanto, informações referentes ao crime relatado pela mãe da vítima. Neste turno, percebemos também que o inspetor, ao tentar ser mais afetivo com a criança, intenta construir a identidade de "amigo" do menor, para que este confie nele e, consequentemente, diga a verdade.

Na seqüência em análise, podemos notar também que a mãe da criança muda de enquadre: ela deixa de relatar os fatos para o inspetor e se dirige ao filho, demonstrando uma relação mais afetiva com a criança (marcada pelo uso de "meu filho", "mamãe")- "fala com ele meu filho, não vai te acontecer nada não↓", "senta lá meu filho↓", "fala com ele andré, do mesmo jeito que você falou com a mamãe-" (linhas 03;07 e 09) , procurando também fazer com que o menino tenha confiança em falar com o inspetor – "não vai te acontecer nada não↓" (linha 03).

5. Conclusão.

No interrogatório policial analisado, mostramos como as noções de enquadres e de identidades dão conta do que acontece neste ambiente interacional, bem como demonstramos como pistas lingüísticas evidenciam e sinalizam os diferentes enquadres. Em nossa análise, percebemos também que há a construção de identidades que surgem como características da organização seqüencial da fala-em-interação, sendo, portanto, formas de como os participantes se dispõem para agirem no mundo.

Neste interrogatório policial, vimos que o suspeito tentou construir a sua identidade de inocente o tempo todo, mesmo o inspetor tentando derrubar a sua imagem construída; vimos também que o inspetor atua como responsável, animador, conhecedor do comportamento de criança que sofre abuso sexual, confrontador e aconselhador/ameaçador, sendo, respectivamente, aquele que *diz em nome de*, *fala por*, *mostra ter conhecimento do comportamento de crianças que sofrem abusos sexuais*, *afronta*, *aconselha* e ameaça o outro na tentativa de alcançar a

verdade dos fatos, já que o objetivo primário de interrogatórios[6] como este é apurar os fatos para se chegar à verdade.

Nesta análise, notamos também que na medida em que as partes se relacionam entre si e com o enunciado proferido e recepcionado, elas apresentam diferentes enquadres.

A importância do estudo vai além dos limites de ambientes institucionais como este, uma vez que diferentes enquadres e a construção de identidades são mobilizados na atividade de fala durante interações e, conseqüentemente, variam de um ambiente para outro.

Acreditamos, então, que este estudo colabore satisfatoriamente para maiores estudos da área do discurso para que se possa melhor entender uma dada prática social.

6. Referências Bibliográficas.

ANGHER, A. J. (org.). *Vade Mecum Acadêmico de Direito*.2ª ed. São Paulo: Rideel, 2005.
ANTAKI,C. & WIDDICOMBE, S..Identity as an achievement and as a tool. In: ANTAKI,C. & WIDDICOMBE, S. *Identities in Talk*. London: Sage Publications, p.01-14,1998.
CAPEZ, F. *Curso de Processo Penal*. 6 ª ed.São Paulo: Saraiva, 2001.
FOUCAULT, M. *A Verdade e as formas jurídicas*. 4ª ed, 3ª imp. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1995.
GOFFMAN, E. A Situação Negligenciada. In.: RIBEIRO, B.T. & GARCEZ, P.M. (orgs.) *Sociolinguística Interacional*. Porto Alegre: AGE, 1998, p.11-15.
GOFFMAN, E. Footing. In.: RIBEIRO, B.T. & GARCEZ, P.M. (orgs.) *Sociolinguística Interacional*. Porto Alegre: AGE, 1998, p.70-97.
HERITAGE, J. *Conversation Analysis and Institutional Talk*: *Analysing Data*. In: SILVERMAN, D. (ed.) *Qualitative Research: Theory, method and Practise*. London: Sage Publications, p. 161-182,1997.
OSTERMANN, A. C. Localizing power and solidarity: Pronoun alternation at an all-female police station and a feminist crisis intervention center in Brazil. *Language in Society*, 32. Estados Unidos: Cambridge University Press 0047-4045/03, p. 351-381, 2003.
SACKS, H., SCHEGLOFF, E.& JEFFERSON, G. A Symplest for the Organization of Turn-Talking for Conversation. *Language*, 50 (4), p.696-735, 1974.
SCHEGLOFF, E. et al. The preference for self-correction in the organization of repair in conversation. *Language*, 55(2), p.361-382, 1977.
TANNEN, D. & WALLAT, C. Enquadres interativos e esquemas de conhecimento em interação: exemplos de um exame \ consulta médica. In.: RIBEIRO, B.T. & GARCEZ, P.M. (orgs.) *Sociolinguística Interacional*. Porto Alegre: AGE, 1998, p. 120-141.

[6] É válido ressaltar que a maioria dos encontros gravados nesta *Delegacia de Repressão a Crimes contra a Mulher* se configura como formas de inquéritos policiais que, segundo Foucault (1995), são as formas mais importantes de se chegar à verdade dentre as práticas jurídicas e sociais.

WIDDICOMBE, S.. Identity as an Analysts`and Participants`Resource. In: ANTAKI,C. & WIDDICOMBE, S. *Identities in Talk*. London: Sage Publications, p.191-206,1998.
ZIMMERMAN, D.H. Identidy, Context and Interaction. In .: ANTAKI, C. & WIDDICOMBE, S. *Identities in Talk*. London: Sage Publications, p.87-107, 1998.

ANEXO
Convenções de Transcrição

. (ponto final)	Entonação descendente
? (ponto de interrogação)	Entonação ascendente
, (vírgula)	Entonação de continuidade
?, (ponto de interrogação e vírgula)	Subida de entonação mais forte que a vírgula e menos forte que o ponto de interrogação
- (hífen)	marca de corte abrupto
:: (dois pontos)	Prolongamento do som
sublinhado (letra, sílaba ou palavra sublinhadas)	sílaba ou palavra enfatizada
PALAVRA (maiúsculas)	fala em volume alto
°palavra° (sinais de graus)	fala em voz baixa
° (sinal de grau)	Fala mais baixa imediatamente após o sinal
palavra: (sublinhado de uma letra, sílaba ou palavra e dois pontos)	Descida entoacional inflexionada
Palavra: (dois pontos sublinhados)	Subida entoacional inflexionada
↑ (seta com indicação para cima)	Subida acentuada na entonação, mais forte que os dois pontos sublinhados
↓ (seta com indicação para baixo)	Descida acentuada na entonação, mais forte que os dois pontos precedidods
>palavra< (sinais de maior do que e menor do que)	fala acelerada
<palavra> (sinais de menor do que e maior do que)	fala desacelerada
<palavra (sinal de menor do que)	Início acelerado
hh (série de h's)	Aspiração ou riso
(h) (h's entre parênteses)	Aspirações durante a fala
.hh (h's precedidos de ponto)	Inspiração audível
[ ] (colchetes)	fala simultânea ou sobreposta
= (sinais de igual)	Elocuções contíguas
(2,4) (números entre parênteses)	medida de silêncio (em seg. e décimos de segundos)
(.) (ponto entre parênteses)	Micropausa, até 2/10 de segundo
( ) (parênteses vazio)	Segmento de fala que não pôde ser transcrito
(palavra) (segmento de fala entre parênteses)	Transcrição duvidosa
((tosse))(parênteses duplos)	Descrição de atividade não-vocal
"trecho"	trecho narrado por qualquer um dos participantes
th	Estalar de língua